



**ANÁLISE DE IMPUGNAÇÕES PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90012/2025**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 354/2025**

OBJETO: “Contratação de companhias/agências de viagens e turismo, objetivando a aquisição de passagens aéreas incluindo cotação, reserva, emissão, entrega, transferência, endosso, marcação/remarcação e reembolso de bilhetes de passagens aéreas para trechos nacionais, além da demanda de hospedagem em hotel e da taxa para prestação do serviço, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento para atender a demanda da Câmara Municipal de São Pedro da Aldeia”

Trata, o presente, de análise às impugnações ao edital de Pregão Eletrônico Nº 90012/2025, oposto pela empresa **CATIAEREA**, doravante IMPUGNANTE onde requer, em breve síntese, reformulação do instrumento convocatório alegando que existem possíveis irregularidades no edital que devem ser sanadas.

**I - DA TEMPESTIVIDADE E DO ATENDIMENTO DOS REQUISITOS FORMAIS DE ADMISSIBILIDADE**

Tendo em vista a data e horário de ingresso dos aludidos instrumentos na administração, tem-se por tempestivas as peças impugnatórias do que então devido à relevância dos assuntos abordados, administração adentrará ao mérito dos assuntos trazidos pela impugnante.

**II - DAS ALEGAÇÕES APRESENTADAS**

Em apertada síntese, foi alegado e requerido pela Impugnante:

**1 – DAS EXIGÊNCIAS ECONÔMICO-FINANCEIRAS ILEGAIS E RESTRITIVAS – “(...)Tais exigências violam frontalmente o artigo 69 da Lei nº 14.133/2021, que prevê que a Administração poderá exigir, alternativamente, capital social mínimo ou patrimônio líquido até o limite de 10% do valor estimado da contratação. O edital, ao cumulá-los sem qualquer justificativa técnica no Termo de Referência, cria uma barreira artificial à participação de empresas regulares e viola os princípios da isonomia, da proporcionalidade e da legalidade. (...)”**

**2 - DAS EXIGÊNCIAS TÉCNICAS DESPROPORCIONAIS E INJUSTIFICADAS – “A exigência de comprovação de 10.000 transações de serviços de viagens em 24 meses, somada à obrigação de adoção de plataforma de autoatendimento (self-booking) e à necessidade de credenciamento na IATA, constitui medida manifestamente desproporcional, sem amparo legal ou técnico no Termo de Referência. ”**

**3 - DA AFRONTA AOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS E À LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 “ - A imposição de critérios desproporcionais e a ausência de previsão clara de tratamento favorecido à microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos dos artigos 42 a 49 da LC nº 123/2006, restringe o acesso de empresas de menor porte, em flagrante afronta ao que determina a Constituição Federal (art. 170, inciso IX e art. 37, XXI) (...)”**



### **III - DO MÉRITO**

#### **III.I - DAS EXIGÊNCIAS ECONÔMICO-FINANCEIRAS ILEGAIS E RESTRITIVAS**

A impugnante alega que as condições estabelecidas no instrumento convocatório, especificamente no que tange às exigências econômicas-financeiras se dão de forma ilegal, aduz ainda, que a acumulação dos índices de liquidez não se operam de forma viável aos padrões legais.

Em que pese o alegado pela mesma, não foi fundamento juntamente com as alegações os indicativos legais que ela afigura serem violados, nem tampouco quaisquer entendimentos jurisprudências referendados que viessem a dispor sobre o tema.

Portanto, ressaltamos que regras do Edital, em conformidade com o Termo de Referência, não procuram restringir competitividade do certame, mas sim garantir uma contratação segura para administração, a fim de que a futura contratada tenha plenas condições financeiras para executar o objeto deste contrato, de modo a garantir a qualidade dos serviços prestados e da segurança de que o contrato será executado na íntegra, em observância ao princípio da eficiência e aos cuidados com os recursos públicos.

#### **III.II - DAS EXIGÊNCIAS TÉCNICAS DESPROPORCIONAIS E INJUSTIFICADAS.**

O instrumento convocatório, bem como os demais documentos balizadores ao presente edital foram celebrados em estrita observância no que tange aos preceitos dispostos na Lei Federal 14.133/2021.

A impugnante alega, no tocante qualificação técnica inserida no instrumento convocatório que as mesmas se encontram dissonantes do que rege a Lei Federal 14.133/2021 e, neste caso, a praxe administrativa, diante das necessidades urgentes da administração, em alguns casos, provoca equívocos que podem ser sanados, haja vista que a Administração Pública, através do princípio da autotutela permite que a administração revise seus próprios atos por motivos de conveniência e oportunidade.

As regras do Edital, em conformidade com o Termo de Referência, não procuram restringir competitividade do certame, mas sim garantir uma contratação segura para administração, uma vez que se trata de uma demanda extremamente urgente e em observância aos cuidados com os recursos públicos gastos, a garantia da qualidade dos serviços prestados e da segurança de que o contrato será executado na íntegra.

#### **III.III - DA AFRONTA AOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS E À LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006.**

A impugnante alega, de forma infundada, que o edital não contempla o tratamento favorecido à microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006. Acrescenta ainda, que haveria a adoção de critérios desproporcionais, sem, no entanto, indicar objetivamente quais seriam esses critérios ou de que forma estariam em desconformidade com os princípios que regem as licitações.



**Câmara Municipal de São Pedro da Aldeia Estado do Rio de Janeiro**

Rua Hermógenes Freire da Costa, 179 – Tel.: (22) 2621-1525

**COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

E-mail: [licitacao@cmspa.rj.gov.br](mailto:licitacao@cmspa.rj.gov.br)

O edital e seus anexos contemplam de forma clara e objetiva as disposições legais aplicáveis às ME/EPP, distribuídas em diversos itens, em estrita observância aos princípios constitucionais e a Lei Complementar nº 123/2006.

O tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte encontra-se expressamente previsto:

Na Seção " DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ", onde são indicadas as condições específicas para participação.

Na Seção "Da Abertura da Sessão de Classificação das Propostas e Formulação de Lances", com previsão do exercício do direito de preferência em caso de empate ficto, conforme art. 44 e 45 da Lei Complementar 123/2006.

Na Seção "Da Habilitação", que traz as condições diferenciadas aplicáveis às ME/EPP, especialmente quanto à apresentação de documentos.

No Termo de Referência, constam também dispositivos que reforçam a observância ao regime diferenciado, inclusive nos tópicos relativos aos critérios de medição e pagamento, habilitação jurídica e habilitação fiscal, o que demonstra a integral observância à legislação vigente.

Dessa forma, não se sustenta a alegação, uma vez que todas as garantias legais conferidas às microempresas e empresas de pequeno porte estão plenamente resguardadas e adequadamente disciplinadas no edital e seus anexos.

#### **IV - DO POSICIONAMENTO**

Por todo o exposto, dadas arguições trazidas, a administração resolve por conhecer as peças impugnatórias ACATANDO, no mérito, PARCIAL provimento ao pleito da empresa, devendo o Instrumento Convocatório ser alterado no tocante a habilitação técnica, com a consequente manutenção da data de realização do certame, sem o que se falar em sua suspensão, haja vista o disposto no artigo 55, § 1 da Lei 14.133/2021.

São Pedro da Aldeia/RJ, 10 de julho de 2025

PRISCILLA MORAES DA LUZ  
GONCALVES:06209398936

Assinado de forma digital por PRISCILLA  
MORAES DA LUZ  
GONCALVES:06209398936  
Dados: 2025.07.11 13:56:48 -03'00'

**PRISCILLA MORAES DA LUZ GONÇALVES**

**PREGOEIRA**

**Matrícula: 1749/COM**